

Assembleia deve votar reajuste do Judiciário após fim do recesso

MATEUS SOARES
REPÓRTER

A Assembleia Legislativa da Bahia encerrou ontem o regime de turno e retoma as suas atividades regulares a partir de hoje (1º). Após o período de recesso parlamentar ocorrido no mês de julho, a Casa do Povo voltou a funcionar integralmente das 8h30 às 18h30. Durante o recesso, os gabinetes dos deputados permaneceram em funcionamento, mas não ocorreram sessões plenárias, reuniões ou audiências públicas nas comissões temáticas, nem eventos no auditório Jornalista Jorge Calmon.

No entanto, a partir de agora, a Assembleia retoma

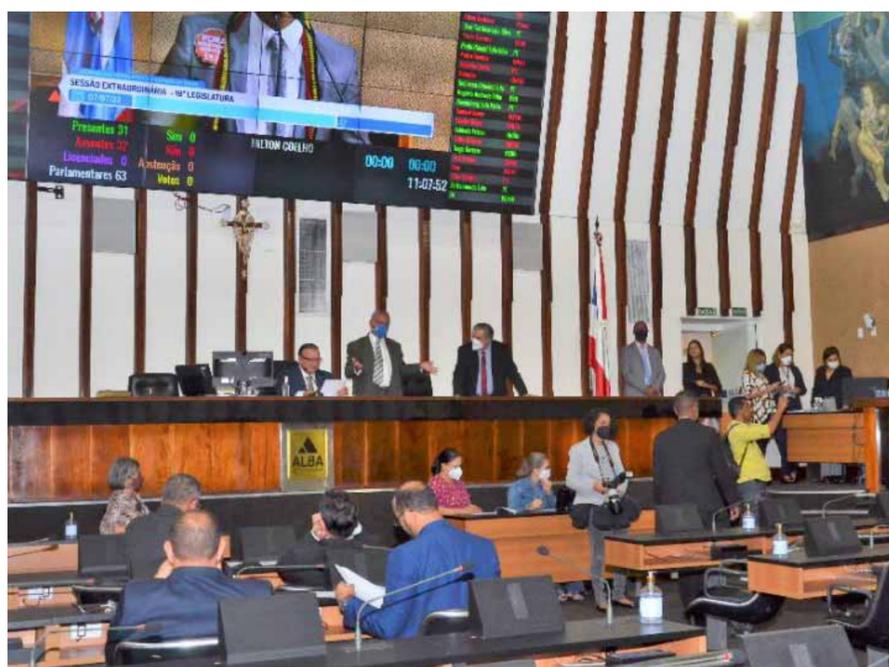
a sua agenda de produção legislativa, com destaque para a votação do Projeto de Lei nº 24.971/2023, proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e protocolado na Casa nos primeiros dias de recesso. O projeto prevê o reajuste dos vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e comissionados no âmbito do Poder Judiciário da Bahia.

A Escola do Legislativo, por exemplo, manteve a realização de cursos de capacitação para servidores, e, também hoje, retomam as visitas escolares. A previsão é de que a Assembleia Legislativa da Bahia receba a visita dos alunos do ensino médio do Colégio Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, do município de Nazaré.

Expectativa - Na visão do

líder do governo da Assembleia, Rosemberg Pinto, do PT, o segundo semestre de 2023 será um período em que o parlamento realizará importantes debates e votará temas de grande relevância para a sociedade baiana. Conforme ressaltou o petista, assuntos de interesse de uma quantidade expressiva dos deputados constarão na pauta do Legislativo.

“A expectativa é a de que tenhamos atividades já no início, com a votação de projetos de iniciativa do Executivo, além de debates importantes - a exemplo da proposição de uma CPI da ViaBahia, que é um apelo para a maioria dos deputados. Ou seja, a expectativa é da realização de grandes debates nesse segundo semestre. Tenho certeza de que a Casa irá debater esses



A ASSEMBLEIA Legislativa da Bahia encerrou ontem o regime de turno e retoma as suas atividades regulares a partir de hoje

temas, aprovar os projetos de interesse das baianas e dos baianos, consolidando a Assembleia Legislativa da Bahia como uma das mais atuantes do nosso Brasil”, afirmou Rosemberg.

Para o deputado Alan Sanches (União Brasil), líder da oposição na Assembleia

Legislativa, o retorno da atividade parlamentar será marcado por uma postura de maior fiscalização e cobranças para que o governo do Estado apresente soluções para problemas que assolam a Bahia, em especial na regulação da saúde, incluindo o enfraquecimento

do Planserv, e na Segurança Pública.

“O governo da Bahia está com delay para se estabelecer. Já se passaram sete meses, tempo suficiente para apresentar soluções para os muitos problemas que afetam a Bahia”, disse o parlamentar.

SALVADOR

Câmara analisa lei orçamentária no segundo semestre

MATEUS SOARES
REPÓRTER



O REINÍCIO das atividades da Câmara Municipal após o recesso, conforme estabelecido pelo Regimento Interno da Casa, está programado para hoje

Assim como a Assembleia Legislativa da Bahia, o reinício das atividades da Câmara Municipal de Salvador após o recesso de julho, conforme estabelecido pelo Regimento Interno da Casa, está programado para hoje (1º), a partir das 14h30, no Plenário Cosme de Fariás. A condução dos trabalhos estará a cargo do presidente do Legislativo, vereador Carlos Muniz, do PSDB.

“Estamos reiniciando os trabalhos legislativos que, na verdade, nunca foram interrompidos. Os vereadores continuaram a desenvolver suas funções em seus gabi-

netes, elaborando e analisando projetos de interesse da cidade”, declarou o edil tucano. “Além disso, permaneceram atuantes nas comunidades, atendendo à população e fortalecendo seus mandatos durante o recesso”, emendou o presidente da Casa.

“As comissões permanentes da Câmara mantiveram um alto nível de produtividade, atendendo às expectativas da população de Salvador e da sociedade em geral. Nesta retomada, não será diferente, pois o interesse do povo está acima de tudo”, disse Carlos Muniz, com relação ao trabalho dos pares nos colegiados da Casa.

Outra questão que estará em foco ao longo do novo semestre é a avaliação da Lei

Orçamentária Anual de 2024. Essa matéria é elaborada pela administração municipal e deve ser enviada até 31 de agosto, podendo ser aprovada até dezembro. A base para sua elaboração é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já cancelada pela Câmara Municipal de Salvador em junho.

Na ocasião, a oposição criticou a falta de priorização de questões sociais, como o combate à fome na cidade. O líder do PT na Casa, Tiago Ferreira, afirmou, recentemente, à rádio Metrôpole, que a bancada petista pretende priorizar essa questão no segundo semestre, juntamente com os projetos relacionados ao transporte público, com o objetivo de prevenir uma nova

paralisação dos rodoviários, similar à que ocorreu no primeiro semestre.

Contatado pela Tribuna, o vereador Ricardo Almeida, do Podemos, afirmou que a expectativa “é de que a Câmara continue contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade”. “Acreditamos que a condução será neste sentido, sendo protagonista, colaborando com o município para que os soteropolitanos e aqueles que visitam e moram em nossa cidade possam viver em condições ao nível da importância de Salvador para o Brasil”, disse. “Este é o nosso principal objetivo e acredito que todos os vereadores irão colaborar para que isto aconteça”, completou.

Oposição na Assembleia se movimenta para debater caso do VLT

O projeto do VLT foi apresentado em 2017 e licitado em 2018 pelo Governo da Bahia

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O deputado estadual Leandro de Jesus (PL) protocolou, ontem, na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), um pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o andamento do projeto e das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio de Salvador, prometido pelo Governo do Estado desde o ano de 2017. A decisão de acatar ou não o colegiado cabe ao presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD).

O procurador do estado, Ubenilson Santos, durante

audiência no Tribunal de Contas do Estado (TCE), revelou recentemente que a gestão estadual está perto de anunciar oficialmente a decisão de rescindir seu contrato com a empresa chinesa BYD para a construção de um monorail. “Foram afuniladas as tratativas para a resolução da questão do VLT junto à empresa contratada, a Metro Green. O processo administrativo que trata do caso, inclusive, já está na PGE, em fase de finalização de parecer jurídico para a resolução do caso”, contou Ubenilson.

O projeto do VLT foi apresentado em 2017 e licitado em 2018 pelo Governo da Bahia. No mesmo ano, a ordem de serviço foi autorizada

e o governo chegou a divulgar que o projeto estaria 100% concluído no segundo semestre de 2024. Ainda no ano de 2019, foi firmado contrato com o consórcio Skyrail, formado pelas empresas Build Your Dreams (BYD) e Metrogreen, com o objetivo de realizar a obra com prazo para conclusão em 36 meses a partir da assinatura do contrato, fazendo com o que o trem do Subúrbio fosse totalmente desativado no mês de fevereiro de 2021.

Com a desativação, a operação dos trens, que acontecia há 160 anos, seis mil pessoas que utilizavam o transporte por dia ficaram sem utilizar os trens que ligavam o Subúrbio Ferroviário,

da Calçada a Paripe. Na justificativa do pedido de CPI, o parlamentar também lembrou que os cidadãos gastavam R\$0,50 pelo serviço nos trens. Hoje, com a desativação e sem alternativa de transporte público, a população gasta R\$4,90 com a passagem de ônibus, o que representa 880% a mais em cada passagem no bolso dos usuários.

“O valor do contrato agora é de R\$5,2 bilhões, quantidade consideravelmente exorbitante levando em consideração que o valor inicial era o de R\$1,5 bilhão, o que evidencia um aumento de 246% desde 2019”, completou o deputado Leandro de Jesus.



A DECISÃO de acatar ou não o pedido de CPI cabe ao presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD)

Desenrola renegocia quase R\$ 2,5 bilhões em duas semanas

HENRIQUE BRINCO/REPÓRTER

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou ontem novo balanço do programa de renegociação de dívidas Desenrola Brasil, que teve início no último dia 17.

Segundo a entidade, o programa do governo federal fez os bancos renegociarem R\$ 2,5 bilhões em 400 mil contratos de dívida e retirarem a negatividade de 3,5 milhões de devedores até R\$ 100 em duas semanas.

O programa “Desenrola Brasil” é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele foi criado para promover um mutirão de renegociação de dívidas de pessoas físicas. A ideia central é tirar pessoas da lista de negativados e retomar o potencial de consumo da população.

O levantamento leva em conta as renegociações da faixa 2 do programa, que focam em resolver as dívidas de pessoas físicas com dívidas financeiras negativadas até 31 de dezembro de 2022,

e renda de até R\$ 20 mil.

Além disso, foi promovida a desnegativação das dívidas de até R\$ 100, que é uma contrapartida à participação dos bancos no programa. Isso significa que, se o devedor não tinha outros débitos pendentes, ficou com o “nome limpo” nos sistemas de proteção ao crédito.

Inicialmente, o Ministério da Fazenda projetava que 1,5 milhão de pessoas poderiam ser contempladas por essa medida, mas a meta foi ultrapassada logo na primeira semana do Desenrola.

Servidor vai deixar de bater ponto e será avaliado por resultados

AGÊNCIA ESTADO

Uma instrução normativa publicada ontem pelo Ministério da Gestão substituiu o controle de ponto dos servidores civis federais por um monitoramento da entrega de resultados. A norma também dita novas regras para o trabalho remoto na administração pública federal.

Servidores de ministérios, autarquias e órgãos vinculados são alvo da norma. Cada instituição terá de fazer

a adesão ao novo modelo de gestão de pessoal, chamado de Programa de Gestão e Desempenho. Nesta etapa, informará quais são as atividades cujos servidores entrarão no novo regime e o número de funcionários.

Sem o controle de ponto, esses servidores poderão ser requisitados para o modelo de trabalho presencial, remoto ou híbrido, a depender dos gestores e das atividades de cada órgão. Hoje, segundo estimativas do Ministério da Gestão, 5% do funcionalismo federal (cerca de

20 mil pessoas) está sob trabalho remoto.

No caso de servidores que fazem o teletrabalho exterior, o limite estabelecido na norma é o de que somente até 2% do efetivo no novo modelo de gestão de cada órgão poderá estar fora do País. Só quem tiver passado pelo primeiro ano do estágio probatório poderá aderir ao teletrabalho. Segundo o secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão, Roberto Pojo, a mudança altera a lógica do gerenciamento do trabalho.